

**BOLETIM MENSAL**  
**DE**  
**ACTIVIDADE ECONÓMICA**

***Maio de 2006***

**Índice**

<b>SELECÇÃO DE INDICADORES</b>	<i>i</i>
<b>1. Enquadramento internacional</b>	1
<b>2. Economia Nacional</b>	3
<b>3. Dinâmica sectorial</b>	8
<b>4. Perspectiva regional</b>	10
<b>5. Competitividade</b>	14
<b>6. Agenda</b>	
6.1. Iniciativas	18
6.2. Selecção de medidas legislativas	19
6.3. Em agenda	20

**ANEXO ESTATÍSTICO**

SELECÇÃO DE INDICADORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Última atualização	Unidade	2004					2005					2006			
				IV TR 04	I TR 05	II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
Indicador de Actividade Económica	INE	22-05-2006	VH, M3M	1,7	1,6	1,5	1,0	1,3	1,3	1,2	1,3	1,3	1,1	1,2	1,3		
Indicador Coincidente	BP	19-05-2006	VH	1,1	0,7	0,2	-0,1	-0,2	0,2	-0,2	-0,2	-0,1	0,0	0,1	0,4	0,6	
Indicador de Clima Económico	INE	03-05-2006	SREI/M3M	-0,2	0,0	-0,3	-0,8	-0,5	-0,6	-0,6	-0,6	-0,5	-0,6	-0,3	-0,6	-0,4	
Indicador Compósito Avançado	OCDE	12-05-2006	N/(M12M) N-12	-	-	-	-	-	-	1,0	1,3	1,5	2,3	2,6	2,7		
Indicador de FBCF	INE	22-05-2006	VH, M3M	0,2	-1,2	-3,9	-3,2	-3,0	-1,8	-2,7	-2,7	-3,0	-6,8	-3,0	-1,8		
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	03-05-2006	VEI/M3M	-36,2	-34,2	-33,6	-41,9	-41,0	-37,8	-41,3	-41,0	-41,0	-41,2	-40,0	-37,8	-36,1	
Indicador de confiança na Indústria Transformadora	INE	03-05-2006	VEI/M3M	-10,3	-11,0	-10,2	-11,2	-8,2	-9,6	-8,2	-7,8	-8,2	-9,3	-9,1	-9,6	-10,0	
Indicador de confiança na Construção	INE	03-05-2006	VEI/M3M	-44,5	-42,0	-40,0	-41,7	-46,2	-46,0	-43,7	-45,5	-46,2	-47,0	-46,7	-46,0	-45,8	
Indicador de confiança no Comércio	INE	03-05-2006	VEI/M3M	-7,2	-6,6	-7,6	-13,2	-10,3	-8,3	-12,3	-12,0	-10,3	-8,5	-6,4	-8,3	-8,1	
Indicador de confiança nos Serviços Prestados às Empresas	INE	03-05-2006	VCSI/M3M	3,3	-0,6	-2,7	-2,8	-0,4	-2,8	-1,3	-2,0	-0,4	-0,1	0,2	-2,8	-3,4	
Índice Volume Negócios na Ind. Transformadora	INE	04-05-2006	VH, M3M	3,2	0,6	1,7	1,2	1,1	5,9	3,2	1,6	1,1	2,5	2,8	5,9		
Índice Volume Negócios Comércio a Retalho	INE	02-05-2006	VH, M3M	3,3	2,8	3,6	0,6	1,7	1,2	0,9	1,3	1,7	2,0	1,8	1,2		
Índice Volume Negócios nos Serviços	INE	11-05-2006	VH, M3M	1,7	0,2	1,2	-0,6	-0,8	-1,0	1,6	0,7	-0,8	-0,8	-1,7	-1,0		
Índice de Produção Industrial - Total	INE	03-05-2006	VH/VCS	-4,8	-1,5	-0,2	0,8	2,3	0,9	1,2	0,2	5,3	-0,5	-1,5	4,8		
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	INE	03-05-2006	VH/VCS	-3,5	-3,9	-2,4	-1,1	1,2	1,4	0,5	-0,2	3,4	0,1	-0,9	5,1		
Preços no Consumidor (IHPC)	INE	15-05-2006	VM12	-	-	-	-	-	-	2,1	2,1	2,1	2,2	2,2	2,3	2,4	
Preços Consumidor (IHPC) (Zona Euro)	Eurostat	17-05-2006	VM12	-	-	-	-	-	-	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,3	2,3	
Saldos: Balança Corrente (Mês=Jan a ...)	BP	22-05-2006	10 <sup>6</sup> euros	-3 343	-3 492	-3 838	-2 539	-3 777	-3 767	-11 068	-12 364	-13 645	-1 014	-2 430	-3 767		
da qual: Mercadorias	BP	22-05-2006	10 <sup>6</sup> euros	-4 367	-3 867	-4 351	-4 019	-4 538	-4 098	-13 844	-15 198	-16 774	-1 208	-2 545	-4 098		
Viagens e Turismo	BP	22-05-2006	10 <sup>6</sup> euros	876	546	918	1 587	851	542	3 438	3 655	3 902	165	338	542		
Balança de Capital	BP	22-05-2006	10 <sup>6</sup> euros	913	314	279	372	773	457	1 199	1 345	1 740	331	406	457		

Nota: ➤ Indica que houve alteração nos últimos oito dias.

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Última Atualização	Unidade	2004						2005				2006			
				2001	2002	2003	2004	2005	2006	II TR 04	III TR 04	IV TR 04	I TR 05	II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06
PIBpm	INE	10-03-2006	Milhões euros	129 308	135 434	137 523	142 843	147 249	152 167	35 727	35 833	36 162	36 149	36 729	36 960	37 411	
PIBpm	INE	10-03-2006	Milhões dólares	115 797	128 020	155 575	177 618	183 209	189 414	43 028	43 788	46 876	47 395	46 275	45 073	44 465	
PIBpm	INE	10-03-2006	VH Real	2,0	0,8	-1,1	1,1	0,3		1,8	0,9	0,7	-0,1	0,4	0,4	0,7	
PIBpm (Zona Euro)	Eurostat	11-05-2006	VH Real	3,7	1,0	0,7	1,8	1,4		2,1	1,8	1,6	1,2	1,2	1,6	1,8	2,0
Consumo Privado	INE	10-03-2006	VH Real	1,3	1,3	0,1	2,4	2,0		2,7	2,4	2,5	2,8	3,0	1,2	1,1	
Consumo Público	INE	10-03-2006	VH Real	3,3	2,6	0,3	2,0	1,7		2,0	2,4	2,4	2,2	1,8	1,5	1,3	
Investimento (FBCF)	INE	10-03-2006	VH Real	1,0	-3,5	-10,0	0,9	-2,9		2,3	0,7	0,7	-1,9	-2,0	-4,6	-3,3	
FBCF sem construção	INE	10-03-2006	VH Real	-1,5	-3,7	-7,9	3,4	-1,2		4,8	2,5	4,1	-0,3	-0,1	-2,2	-2,0	
Exportações Bens e Serviços	INE	10-03-2006	Milhões euros	37 360	37 879	38 564	40 787	42 060		10 356	10 175	10 233	10 168	10 401	10 715	10 777	
Exportações Bens e Serviços	INE	10-03-2006	Milhões dólares	33 463	35 811	43 610	50 706	55 147		12 472	12 434	13 265	13 332	13 637	14 049	14 129	
Exportações Bens e Serviços	INE	10-03-2006	VH Real	1,8	1,5	3,7	4,5	0,9		8,4	2,9	2,1	-1,2	0,3	2,4	2,3	
Importações Bens e Serviços	INE	10-03-2006	VH Real	0,9	-0,7	-0,4	6,8	1,8		9,4	6,1	6,3	4,2	2,9	0,6	-0,2	
Balança Corrente / PIB pm (fim de período)	BPINE	24-04-2006	% PIB	-9,8	-7,8	-5,9	-7,3	-9,3		-7,0	-6,6	-7,3	-9,7	-10,1	-9,0	-9,3	
Stock IDE / PIB pm (fim de período) (2)	BPINE	21-03-2006	% PIB	31,6	31,4	35,8	36,3	37,1		39,6	39,9	36,3	36,9	37,0	37,2	37,1	
Saldo Primário / PIB pm (fim de período)	DGOINE	16-05-2006	% PIB	-0,5	-0,8	-0,6	-3,9	-3,5		-1,8	-2,4	-3,9	-1,9	-1,1	-3,0	-3,5	
Índice de Custo do Trabalho (1) - Zona Euro	Eurostat	17-03-2005	VH	3,9	3,5	3,0	2,5	2,6		2,3	2,5	2,4	3,1	2,5	2,2	2,4	
(encargos nominais / hora) - Portugal	Eurostat	17-03-2005	VH	5,4	5,4	2,4	3,3	2,1		4,5	3,9	2,5	2,1	2,7	3,0	0,7	
Emprego Total	INE	19-05-2006	Milhar	5 112	5 137	5 118	5 123	5 123		5 125	5 126	5 134	5 094	5 132	5 130	5 134	5 127
População desempregada	INE	19-05-2006	Milhar	1,8	0,5	-0,4	0,1	0,0		0,1	-0,1	0,3	-0,3	0,1	0,1	0,0	0,6
Taxa de desemprego - Portugal	INE	19-05-2006	(%)	214	271	342	365	422		347	376	390	413	399	430	447	430
Norte	INE	19-05-2006	(%)	4,0	5,0	6,3	6,7	7,6		6,3	6,8	7,1	7,5	7,2	7,7	8,0	7,7
Centro	INE	19-05-2006	(%)			6,8	7,7	8,8		7,3	8,3	8,0	8,7	8,7	8,8	9,0	8,9
Lisboa	INE	19-05-2006	(%)			3,6	4,3	5,2		4,0	4,3	4,8	4,9	4,5	5,4	6,0	5,5
Alentejo	INE	19-05-2006	(%)			8,1	7,6	8,6		7,3	7,5	8,1	8,4	8,0	9,0	9,0	8,5
Algarve	INE	19-05-2006	(%)			8,2	8,8	9,1		8,8	9,1	9,4	9,3	8,5	9,4	9,4	9,8
R.A.Açores	INE	19-05-2006	(%)			6,1	5,5	6,2		5,1	5,0	5,7	7,3	6,3	5,3	5,9	5,9
R.A.Madeira	INE	19-05-2006	(%)			2,9	3,4	4,1		3,1	3,8	3,0	3,4	4,3	4,2	4,4	4,2
VAB - Total preços constantes	INE	10-03-2006	Milhões euros	109 133	109 954	109 173	110 431	110 314									
Agricultura, Silvicultura e Pescas	INE	10-03-2006	VH Real	2,4	0,8	-0,7	1,2	-0,1		1,9	1,1	0,6	0,0	0,0	-0,3	-0,1	
Indústria, Electricidade, Gás e Água	INE	10-03-2006	% do Total	3,6	3,6	3,5	3,5	3,2									
Construção	INE	10-03-2006	VH Real	-3,2	2,4	-3,1	0,8	-8,5		2,3	1,4	-1,5	-6,2	-8,9	-9,9	-8,8	
Comércio, Restauração e Hóteis	INE	10-03-2006	% do Total	19,8	19,6	19,8	19,7	19,5									
Transp. e Comunicações, Activ. Financeiras, Outros Serviços	INE	10-03-2006	VH Real	1,8	-0,5	0,2	0,9	-1,1		2,2	0,5	-1,3	-2,4	-1,3	-1,2	0,7	
	INE	10-03-2006	% do Total	7,6	7,3	6,4	6,2	6,0									
	INE	10-03-2006	VH Real	2,8	-4,0	-12,7	-1,3	-4,0		-0,1	-0,2	-1,5	-2,7	-3,0	-6,3	-4,0	
	INE	10-03-2006	% do Total	17,2	16,9	16,5	16,6	17,0									
	INE	10-03-2006	VH Real	0,8	-1,1	-2,6	1,7	1,9		1,5	1,9	3,0	2,5	2,2	1,6	1,4	
	INE	10-03-2006	% do Total	51,8	52,6	53,7	53,9	54,3									
	INE	10-03-2006	VH Real	3,6	2,5	1,4	1,4	0,6		2,1	1,3	1,1	0,9	0,6	0,7	0,2	

(1) Índice de custo do trabalho, exclui a agricultura, a pesca, a silvicultura, a educação, a saúde e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; só encargos do trabalho

(2) Valor do PIB considerado = Soma móvel 4 trimestres

"Exportação" de mercadorias - (peso no total e t.v.h)						
	2001	2002	2003	2004	2005	últimos 12m até Fev 06
UE-25	81,1	81,2	80,8	80,6	79,8	79,3
t.v.h.	1,0	1,9	2,1	6,1	1,5	1,2
Espanha	19,3	20,9	23,8	25,8	27,0	27,1
t.v.h.	2,2	10,3	16,5	15,4	7,1	9,4
Terceiros	18,9	18,8	19,2	19,4	20,2	20,7
t.v.h.	6,8	1,5	4,5	7,4	7,2	9,4
Nota: Quebra de série em 2004. Passa a incluir estimativa abaixo do limiar e das não-respostas no Intra-UE						
Taxa de Cobertura (%)						
	2001	2002	2003	2004	2005	últimos 12m até Fev 06
	61,0	64,5	67,3	64,1	62,4	62,2

Taxas de variação homóloga em valor das saídas por agrupamentos de produtos							
	Estr. 05	01/00	02/01	03/02	04/03	05/04	últimos 12m até Fev 06
Máquinas	18,7	-0,8	3,5	2,6	2,2	1,2	4,1
Material de Transporte	14,0	8,6	-2,9	4,9	6,1	-6,0	-9,1
Vestuário e Calçado	12,6	2,2	-4,8	-2,5	-4,6	-8,1	-7,1
Químicos	10,5	0,7	10,2	11,2	15,0	14,2</	

## 1. Enquadramento Internacional

As previsões mais recentes da Comissão Europeia (Primavera de 2006) para a economia mundial, **revêem em alta** as previsões anteriores (Outono de 2005), continuando a apontar para uma sólida expansão da actividade económica em 2006 (4,6%) e ligeiramente mais moderada em 2007 (4,3%), que continuará a ser liderada pelo crescimento económico nos EUA e na China e também pelo maior dinamismo das economias da Índia, Rússia e Japão. Estas estimativas estão mais próximas das últimas previsões da OCDE (Maio de 2006) que também **reviu em alta** as anteriores previsões de crescimento das principais economias (*Quadro 1.1*).

**Quadro 1.1**  
**Previsões de Crescimento da Economia Mundial**  
**- taxa de crescimento real do PIB em % -**

	2005			2006			2007		
	FMI Abril-06	OCDE Maio-06	CE Primavera-06	FMI Abril-06	OCDE Maio-06	CE Primavera-06	FMI Abril-06	OCDE Maio-06	CE Primavera-06
MUNDO	4,8	-	4,6	4,9	-	4,6	4,7	-	4,3
OCDE	-	2,8	-	-	3,1	-	-	2,9	-
ZONA EURO	1,3	1,4	1,3	2,0	2,2	2,1	1,9	2,1	1,8
ESPAÑA	3,4	3,4	3,4	3,3	3,3	3,1	3,2	3,0	2,8
ALEMANHA	0,9	1,1	0,9	1,3	1,8	1,7	1,0	1,6	1,0
R. UNIDO	1,8	1,8	1,8	2,5	2,4	2,4	2,7	2,9	2,8
EUA	3,5	3,5	3,5	3,4	3,6	3,2	3,3	3,1	2,7
CHINA	9,9	9,9	9,9	9,5	9,7	9,5	9,0	9,5	9,0
JAPÃO	2,7	2,7	2,7	2,8	2,8	2,8	2,1	2,2	2,4

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril 2006; OCDE, Economic Outlook nº79, Maio 2006; CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2006".

A área de maior crescimento em 2006 e 2007 será a Ásia (excluindo o Japão), com taxas de crescimento da ordem dos 8%, nomeadamente a China e a Índia irão crescer em 2006 respectivamente 9,7% e 7,5% esperando-se para 2007 um crescimento de 9,5% e 7,1%.

Nos **EUA**, a OCDE estima um crescimento do PIB de 3,6% em 2006 e de 3,1% em 2007, ligeiramente mais moderado que em 2005 (3,5%). A evolução prevista para 2006, baseia-se num crescimento robusto na primeira metade do ano e num abrandamento no segundo semestre, assente numa desaceleração do consumo privado e numa diminuição do investimento em habitação, em resultado do efeito conjunto dos elevados preços do petróleo e do aumento das taxas de juro. As exportações deverão crescer a um ritmo elevado (7,7% em 2006 e 8,3% em 2007), enquanto as importações deverão abrandar. Contudo, o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB, deverá ser negativo nos dois anos. Estima-se uma pequena descida do desemprego em 2006 para 4,7%, que deverá aumentar ligeiramente em 2007, em resposta à desaceleração da actividade económica. Para a inflação (IPC) é estimada uma taxa de 3,3% para 2006 e de 2,4% para 2007. Prevê-se a continuação do aumento do défice da balança corrente (em % do PIB) que se situará acima dos 7% nos dois anos.

Para a **economia japonesa**, prevê-se um crescimento do produto de 2,8% e de 2,2% respectivamente em 2006 e 2007. A expansão económica em 2006, continuará a ser principalmente liderada pelo dinamismo da procura interna, suportada pelos fortes lucros nas empresas e pela inversão na tendência de declínio do emprego e dos salários, e também pelas exportações. A

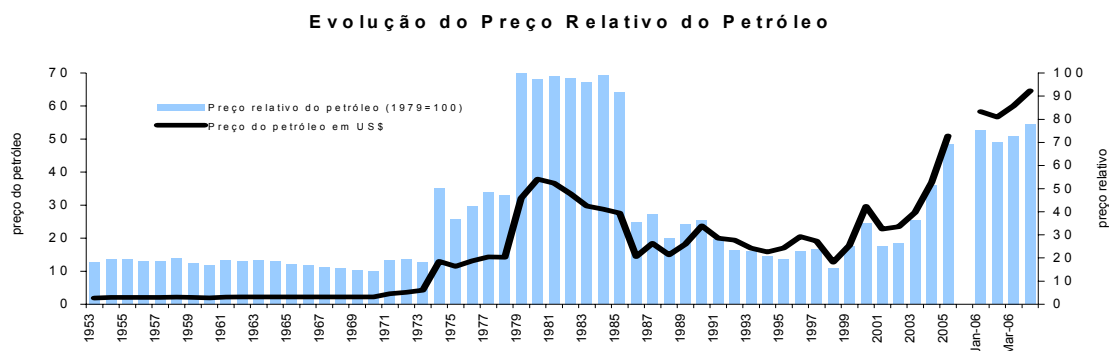
deflação dos preços no consumidor continuará a reduzir-se, estimando-se uma evolução positiva de 0,7% em 2006 e de 0,8% em 2007. Por sua vez, a taxa de desemprego irá diminuir para 4% em 2006 e 3,5% em 2007.

Na **Zona Euro**, a OCDE revê ligeiramente em alta as previsões de crescimento para 2006, apontando para um crescimento de 2,2% e de 2,1% em 2007. Os principais impulsionadores da recuperação da actividade económica serão o dinamismo da procura interna, em particular o crescimento robusto do investimento, a continuação da forte expansão económica mundial e a melhoria da conjuntura na Alemanha (de 1,1% em 2005 para 1,8% em 2006), não se esperando uma descida significativa da taxa de desemprego, que se situará acima dos 8%. O crescimento económico será diferenciado entre os países desta área. A Espanha está a crescer acima da média, enquanto a França, a Alemanha, a Itália e Portugal deverão evoluir abaixo da média.

Para a **economia espanhola** em particular, a OCDE estima um ligeiro abrandamento do crescimento em 2006 (3,3%) e 2007 (3%) face ao observado em 2005 (3,4%). Em 2006, a evolução da actividade económica será baseada no forte dinamismo da procura interna, particularmente do investimento. As exportações, em resultado da deterioração da posição competitiva externa deverão manter um crescimento moderado (3,6%). Espera-se uma redução do contributo negativo das exportações líquidas para o crescimento (-1,4% em 2006) que irão conduzir a um défice da balança corrente *em percentagem* do PIB de 8,9%. A taxa de desemprego deverá continuar a baixar, para 8,7% em 2006 e 8,6% em 2007. A inflação (IHPC) prevista deverá reduzir o diferencial face à área do euro situando-se em 3,6% em 2006 e 2,7% em 2007.

Em Abril de 2006, a cotação internacional do **petróleo**<sup>1</sup> reforçou a tendência de subida verificada no mês anterior, tendo atingido novo máximo histórico que rondou os USD\$ 75. Contudo, a cotação média situou-se em USD\$ 68 por barril (US\$ 60,9 em Março). A recente subida do preço do crude ficou a dever-se principalmente à tensão internacional gerada pelo programa nuclear do Irão, o quarto maior exportador mundial de crude, e ao aumento da violência na Nigéria. Tomando em consideração o efeito cambial e a evolução dos preços na produção em Portugal (usando como referência o deflator do PIB), verifica-se que o preço relativo do petróleo importado se situou, em Abril de 2006, em cerca de 78% do valor atingido durante a crise petrolífera de 1979 (*Figura 1.1*).

**Figura 1.1**



Fonte : Cálculos do GEE com base em dados da Galp Energia (preço do petróleo em US\$); INE (deflator do PIB - Contas Nacionais); Banco de Portugal (taxa de câmbio).

Portugal (taxa de câmbio) O preço relativo do petróleo é o rácio entre a cotação do petróleo em moeda nacional e o deflator do PIB em Portugal.

<sup>1</sup> IMF (Primary Commodity Prices) – média simples dos preços de Dated Brent, West Texas Intermediate e Dubai Fateh.

## 2. Economia nacional

A evolução da economia portuguesa em 2005, caracterizou-se por um reduzido crescimento, 0,3%, evidenciando **uma ligeira aceleração na segunda metade do ano**, apesar da desaceleração do consumo privado e da contracção do investimento. Verificou-se uma **melhoria do contributo da procura externa líquida, em resultado do aumento das exportações** e de um crescimento mais moderado das importações.

Esta dinâmica de recuperação centrada no comportamento das exportações acentuou-se no 1º Trimestre de 2006, e está de acordo com as mais recentes análises e previsões de crescimento para Portugal, divulgadas pela OCDE (+0,7%) e pela Comissão Europeia (+0,9%).

**Quadro 2.1**  
**Seleção de Indicadores de Actividade Económica**

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	2005			2006	2005	2006				
			II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Indicador de Actividade Económica	INE	VH, M3M	1,5	1,0	1,3	1,3	1,3	1,1	1,2	1,3		
Indicador Coincidente	BP	VH	0,2	-0,1	-0,2	0,2	-0,1	0,0	0,1	0,4	0,6	
Indicador de Clima Económico	INE	SRE/M3M	-0,3	-0,8	-0,5	-0,6	-0,5	-0,6	-0,3	-0,6	-0,4	-0,5
Indicador Compósito Avançado	OCDE	W/(M12M) N-1	-	-	-	-	1,5	2,3	2,6	2,7		
Indicador de FBCF	INE	VH, M3M	-3,9	-3,2	-3,0	-1,8	-3,0	-6,8	-3,0	-1,8		
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	VE/M3M	-33,6	-41,9	-41,0	-37,8	-41,0	-41,2	-40,0	-37,8	-36,1	-35,8
Índice de Preços no Consumidor (IHPC)	INE	VM12	-	-	-	-	2,1	2,2	2,2	2,3	2,4	
Índice de Preços no Consumidor (IHPC) (zona Euro)	Eurostat	VM12	-	-	-	-	2,2	2,2	2,2	2,3	2,3	
Saldos:												
Balança Corrente (Mês= Jan a ...)	BP	10 <sup>6</sup> euros	-3 838	-2 539	-3 777	-3 767	-13 645	-1 014	-2 430	-3 767		
da qual: Mercadorias	BP	10 <sup>6</sup> euros	-4 351	-4 019	-4 538	-4 098	-16 774	-1 208	-2 545	-4 098		
Viagens e Turismo	BP	10 <sup>6</sup> euros	918	1 587	851	542	3 902	165	338	542		
Balança de Capital	BP	10 <sup>6</sup> euros	279	372	773	457	1 740	331	406	457		

Os indicadores qualitativos mais recentes apontam, na sua maioria, para uma **viragem do ciclo económico (Quadro 2.1)**.

- O **Indicador Compósito Avançado** da OCDE continuou, em Março de 2006, a evoluir favoravelmente (pelo oitavo mês consecutivo, desde Julho de 2005), atingindo o seu valor mais alto desde Maio de 2001 (2,7%).
- O **Indicador de Actividade Económica** do INE continuou a recuperar em Março de 2006, pelo 2º mês consecutivo (1,3 mm3m), contra 1,2 em Fevereiro e 1,1 em Janeiro.
- O **Indicador de Clima Económico** do INE, deteriorou-se em Maio de 2006 para -0,5, mantendo a evolução oscilante dos últimos meses (-0,4 em Abril; -0,6 em Março). Este comportamento resultou da degradação da confiança em todos os sectores à excepção dos serviços em que se verificou uma estabilização do nível de confiança (*Figura 2.2*).
- O **Indicador Coincidente** do Banco de Portugal melhorou em Abril de 2006, pelo 5º mês consecutivo, atingindo +0,6 p.p (0,4 em Março), o valor mais alto desde Fevereiro de 2005 (0,7 p.p) (*Figura 2.2*).
- O **Indicador de Sentimento Económico** da CE, recuperou em Maio de 2006, pelo segundo mês consecutivo, aumentando 1,3 pontos percentuais, face ao mês anterior. Esta evolução

resultou da melhoria da confiança dos empresários em todos os sectores à excepção do comércio a retalho (Figura 2.3).

Figura 2.2

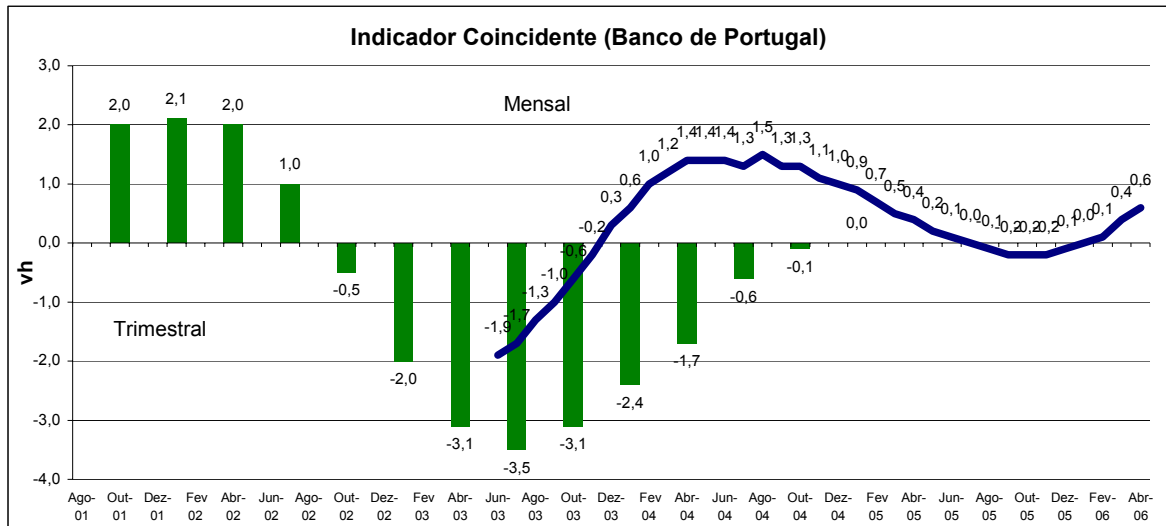


Figura 2.3

Indicador de Sentimento Económico - Portugal (CE)  
(1990-2003) = 100



Nota: O Indicador de Sentimento Económico é composto por Indicadores de Confiança da Indústria (40%), dos Serviços (30%), dos Consumidores (20%), da Construção (5%) e do Comércio a retalho (5%). Cada Indicador de Confiança é calculado como a média aritmética dos saldos de respostas ajustados de sazonalidade.

Fonte: Comissão Europeia

O principal contributo para a viragem do ciclo parece ser **as exportações**. De acordo com o INE, nos dois primeiros meses de 2006, as exportações de mercadorias aumentaram 5,4% em termos nominais face ao período homólogo do ano anterior. Esse crescimento reflecte um aumento

de 1,6% nas exportações para a UE e um aumento de 23,7% para os países terceiros. A dinâmica das exportações para os países terceiros manteve-se em Março. Dados preliminares para Janeiro-Março relativos ao comércio extra-comunitário apontam para um crescimento das exportações para fora da UE de 27,1%. De acordo com o Banco de Portugal, no 1º trimestre de 2006 verificou-se um crescimento homólogo, das exportações de 11,4%<sup>1</sup>, em termos nominais.

As componentes da procura interna revelam **um comportamento mais moderado**. No entanto, os últimos indicadores de investimento apontam para uma desaceleração da evolução negativa.

- O **Indicador de FBCF** recuperou, tornando-se menos negativo em Março de 2006 face ao mês anterior, -1,8% mm3m, contra -3% em Fevereiro.
- O **Indicador de Confiança dos Consumidores** do INE, ve/m3m, recuperou menos intensamente em Maio, face aos meses anteriores de 2006, situando-se ainda ao melhor nível desde Junho de 2005.
- O **indicador coincidente para o consumo privado** do Banco de Portugal continuou, em Abril, a recuperação iniciada no final de 2005.
- O **Índice do Volume de Negócios do Comércio a Retalho** do INE, a preços constantes, aumentou em Abril de 2006, 0,7% em termos homólogos. A variação homóloga acumulada, no período de Janeiro a Abril foi de 1,3%, idêntica à verificada no 1º trimestre.

De acordo com o INE, no 1º trimestre de 2006, a **taxa de desemprego** situou-se em 7,7%, diminui 0,3 décimas em relação ao 4º trimestre do ano anterior e aumentou 0,2 p.p em relação ao trimestre homólogo. Por sua vez, o Instituto do Emprego e Formação e Profissional, refere que em Abril de 2006 o **número de desempregados inscritos** desceu 2%, menos cerca de 11 mil do que no mês anterior, situando-se em 469,3 mil indivíduos (479,3 mil no final de 2005). Em termos homólogos acumulados, no período de Janeiro a Abril de 2006, o número de novos desempregados registados aumentou 1,7% (5,9% em Março). De acordo com o Eurostat, em Abril de 2006, a taxa de desemprego em Portugal era 7,6% (7,6% em Março e 7,4% em Abril de 2005). No mesmo mês, na zona Euro a taxa de desemprego foi de 8% (8,3% na UE25).

A **inflação** medida pela taxa média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC) desceu em Abril de 2006, ao situar-se em 2,9%, contra 3,1% no mês de Março. A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) agravou-se 0,1p.p. relativamente ao mês anterior, situando-se em 2,4%. A inflação prevista para o ano de 2006 (IHPC) no Plano de Estabilidade e Crescimento (Dezembro 2005) é de 2,3%.

**No primeiro trimestre de 2006, o défice conjunto das balanças corrente e de capital** situou-se em 3 310 milhões de euros, mais 132 milhões do que no período homólogo de 2005, reflectindo o agravamento do défice da balança corrente (resultante do aumento do défice da balança de mercadorias), dado que aumentou o excedente da balança de capital, este devido ao acréscimo de rendimentos de fundos estruturais no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

As previsões das várias **Instituições Internacionais apontam para uma recuperação moderada da economia portuguesa em 2006 e 2007**, impulsionada principalmente pelo crescimento das exportações (*Quadro 2.2 e Figura 2.4*).

---

<sup>1</sup> As exportações de serviços aumentaram 16,3% e as exportações de mercadorias aumentaram 9,8%.

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

A Comissão Europeia, nas suas previsões da Primavera de 2006, reviu **ligeiramente em alta** as projecções anteriores, ao apontar para um crescimento do PIB de 0,9% em 2006 e de 1,1% em 2007. De acordo com a Comissão Europeia a contribuição da **procura interna** para o PIB será menor do que nos dois últimos anos. Nomeadamente a CE espera uma **contracção do consumo privado** para 1,2%, devido ao enfraquecimento do mercado de trabalho e ao elevado endividamento das famílias, face ao cenário possível de condições de financiamento mais restritivas. Por sua vez estima que a **FBCF apresente uma evolução menos negativa** em 2006 (-0,8%).

A OCDE nas suas previsões mais recentes (Maio de 2006), reviu em baixa as projecções de crescimento anteriores para a economia portuguesa, prevendo um crescimento de 0,7% em 2006 e de 1,5% em 2007. De acordo com aquela Instituição, a evolução da economia portuguesa em 2006 e 2007, será principalmente suportada pelo aumento das exportações resultante do crescimento do mercado de exportação e da melhoria da competitividade. A OCDE estima para 2006, um contributo de apenas 0,1% da procura externa líquida, enquanto a participação da procura interna para o crescimento deverá ser sensivelmente idêntico ao do ano anterior. O consumo privado irá abrandar em resposta à diminuição do crescimento do rendimento real das famílias. Espera-se que a recuperação das exportações e a melhoria dos níveis de confiança induzam o crescimento do investimento. A elevada taxa de desemprego estimada, cerca de 8% em 2006 e 7,7% em 2007, favorecerá a moderação salarial, o que ajudará à melhoria da posição competitiva de Portugal. O défice da balança corrente em percentagem do PIB deverá situar-se ainda acima dos 9,5% nos dois anos.

Contudo, a OCDE refere existirem riscos associados quer do lado externo, quer do lado interno. Externamente, a retoma da economia portuguesa depende da dimensão do crescimento da procura externa, particularmente na área do euro. A OCDE refere como principais riscos internos, o facto de se poder verificar uma consolidação fiscal mais fraca do que a estimada e exigências salariais excessivas, que poderão agravar as perdas de competitividade e consequentemente prejudicar a performance das exportações nacionais.

**Quadro 2.2**  
**Portugal - Principais Indicadores Económicos**  
**- 2005 e Previsões para 2006 e 2007 -**

	2005					2006					2007				
	FMI Abr-06	OCDE Maio-06	CE Primav-06	BP Primav-06	PEC(05-09) Dez-05	FMI Abr-06	OCDE Maio-06	CE Primav-06	BP Inverno-06	PEC(05-09) Dez-05	FMI Abr-06	OCDE Maio-06	CE Primav-06	BP Inverno-06	PEC(05-09) Dez-05
PIB (t.v. real, %)	0,3	0,3	0,3	0,3	0,5	0,8	0,7	0,9	0,8	1,1	1,5	1,5	1,1	1,0	1,8
Consumo privado	-	2,0	2	1,8	2,3	-	1,2	1,2	1,2	1,3	-	1,9	1,2	1,1	1,5
Consumo Público	-	1,7	1,7	1,9	0,8	-	0,2	0,3	0,7	-1,3	-	-0,4	-0,1	0,4	-0,8
FBCF	-	-2,9	-3,1	-2,6	-2,1	-	-0,7	-0,8	-1,1	1,7	-	2,8	1,3	-0,8	3,6
Exportações Bens e Serviços	-	0,9	0,9	0,9	1,2	-	4,0	3,9	4,0	5,7	-	5,6	4,5	5,2	6,1
Importações Bens e serviços	-	1,8	1,8	1,8	2,1	-	2,7	2,3	2,8	4,2	-	5,0	3,4	3,2	4,3
IHPC (t.v., %) <sup>(1)</sup>	2,1	2,1	2,6	2,2	2,3	2,1	2,7	2,7	2,5	2,3	2,1	2,1	2,4	2,3	2,2
Taxa de Desemprego (%)	7,6	7,7	7,4	7,6	7,4	7,7	7,9	8,1	-	7,7	7,6	7,7	8,3	-	7,7
Balança Corrente (% PIB) <sup>(2)</sup>	-9,2	-9,3	-9,5	-8,1	-8,7	-9,5	-9,6	-9,8	-8,5	-8,8	-9,4	-9,7	-9,6	-8,8	-8,4

(1) No caso do PEC - Deflador do Consumo Privado e FMI - IPC

(2) No caso do Banco de Portugal, Balança Corrente + Balança de Capital

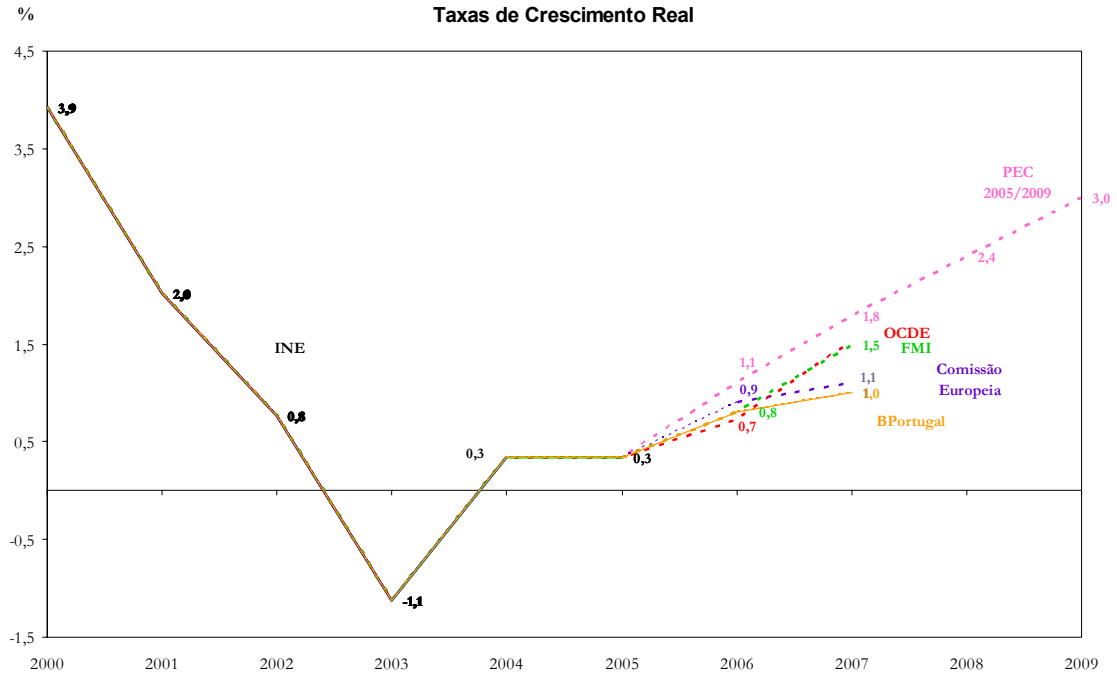
Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2006; OCDE, Economic Outlook nº79, Maio de 2006;

CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts" - Spring 2006; BP- Boletim Económico, Inverno de 2005 e Primavera de 2006;

PEC - Plano de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, Dezembro de 2005

Figura 2.4

Projeções do PIB para Portugal  
Taxas de Crescimento Real



Fontes: INE, MF, CE, OCDE e FMI

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

### 3. Dinâmica Sectorial

Os últimos dados disponíveis sobre a evolução do VAB sectorial, ainda são relativos ao último trimestre de 2005. Da análise deste indicador, salienta-se a queda acentuada do VAB<sup>1</sup> no sector da **Agricultura, Silvicultura e Pescas** em 2005 (-8,5%) com uma dinâmica que se vai deteriorando de trimestre para trimestre. Com perdas no VAB, incluem-se ainda os sectores da **Construção** (-4,0%) e, em menor grau, dos **Transportes e Comunicações** (-1,0%). O sector da Indústria, também com perdas no ano (-1,6%), teve um comportamento ligeiramente positivo no último trimestre de 2005 (+0,6%), o que não sucedia desde o segundo trimestre de 2004 (*Quadro 3.1*).

**Quadro 3.1 – Evolução real do VAB por sectores**

Varição Homóloga - %

	2000	2002	2004	2005	1T04	2T04	3T04	4T04	1T05	2T05	3T05	4T05
VAB - Agricultura, Silvicultura, Pescas (const)	-4,2	2,4	0,8	-8,5	1,0	2,3	1,4	-1,5	-6,2	-8,9	-9,3	-9,9
VAB - Indústria (const)	2,1	-0,7	0,2	-1,6	1,7	1,6	-0,2	-2,2	-3,3	-1,9	-1,7	0,6
VAB - Construção (const)	6,3	-4,0	-1,3	-4,0	-3,5	-0,1	-0,2	-1,5	-2,7	-3,0	-6,3	-4,0
VAB - Electricidade, gás e água (const)	9,5	0,3	5,5	2,1	6,8	6,1	5,0	4,2	3,3	2,5	1,7	1,0
VAB - Comércio, Restaurantes e Hóteis (const)	4,4	-1,1	1,7	1,9	0,6	1,5	1,9	3,0	2,5	2,2	1,6	1,4
VAB - Transportes e Comunicações (const)	9,7	2,8	4,7	-1,0	4,9	7,8	3,7	2,6	0,3	-1,6	-1,9	-0,8
VAB - Actividades Financeiras e Imobiliárias (const)	4,0	2,7	-0,4	1,2	-1,0	0,5	-0,4	-0,5	1,0	1,5	2,3	0,0
VAB - Outros Serviços (const)	3,5	2,3	1,5	0,7	1,3	1,6	1,5	1,4	1,0	0,8	0,6	0,5
<i>Por memória:</i>												
Valor Acrescentado Bruto (const)	3,9	0,8	1,2	-0,1	0,9	1,9	1,1	0,6	0,0	0,0	-0,3	-0,1

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais (base 2000) - Março 2006

Quanto aos dados do emprego sectorial, a informação disponível já contempla o primeiro trimestre de 2006. Os únicos sectores em que se verificou um acréscimo de emprego neste período, foram os sectores da **Construção** (+1,5%), dos **Transportes e Comunicações** (+5,4%) e de **Outros Serviços** (+4,3%). Os restantes sectores perderam emprego - **Agricultura, Silvicultura e Pesca** (-1,0%), **Indústria Transformadora** (-1,1%), **Electricidade, Gás e Água** (-4,2%), **Comércio, Restaurantes e Hotéis** (-0,6%) e **Actividades Financeiras e Imobiliárias** (-4,5%). Salienta-se ainda que esta dinâmica sectorial de criação e destruição de emprego, apresenta uma continuidade face à evolução no ano de 2005, pois são os mesmos sectores a criar emprego e a perder emprego (*Quadro 3.2*).

**Quadro 3.2 – Evolução do emprego por sectores**

Varição Homóloga - %

	2000	2002	2004	2005	1T04	2T04	3T04	4T04	1T05	2T05	3T05	4T05	1T06
Emprego - Agricultura, Silvicultura, Pescas	2,2	-2,4	-3,7	-1,9	-3,5	-5,8	-4,0	-1,6	-2,6	-2,3	-1,0	-1,8	-1,0
Emprego - Indústria Transformadora	-1,0	-4,0	-1,6	-3,4	-3,6	-2,4	-0,7	0,3	-0,8	-3,0	-4,0	-5,5	-1,1
Emprego - Construção	10,5	6,8	-6,1	1,1	-6,2	-7,5	-4,7	-5,9	-3,1	-0,6	3,2	5,1	1,5
Emprego - Electricidade, gás e água*	-2,1	5,5	-9,1	-4,1	-6,3	-11,4	-15,2	-3,9	-11,5	-4,0	1,7	-1,7	-4,2
Emprego - Comércio, Restaurantes e Hotéis	3,3	1,0	1,3	0,1	2,8	2,5	0,7	-0,8	-1,3	0,8	-0,4	1,5	-0,6
Emprego - Transportes e Comunicações	6,8	1,0	0,4	2,9	1,0	-1,7	2,5	-0,4	1,6	3,5	4,5	2,2	5,4
Emprego - Actividades Financeiras e Imobiliárias	2,1	0,9	11,4	-2,5	19,2	16,0	6,9	4,8	-2,3	-0,7	-2,7	-4,6	-4,5
Emprego - Outros Serviços	0,3	2,3	2,6	3,4	0,6	3,8	2,1	4,0	4,3	3,6	2,9	3,0	4,3
<i>Por memória:</i>													
Emprego - Total	2,3	0,5	0,1	0,0	0,0	0,1	-0,1	0,3	-0,3	0,1	0,1	0,0	0,6

Fonte: INE - Estatísticas do emprego - 1º trimestre 2006; \*Inclui Indústria Extractiva

<sup>1</sup> As variações são homólogas e em termos reais.

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

A análise dos indicadores mensais, relativos à produção actual ou a expectativas de evolução futura, permite-nos obter uma imagem mais clara da evolução recente sectorial.

O **Indicador de Clima Económico** do INE deteriorou-se em Maio (-0,5). Compara com -0,1 em Maio de 2005 e -0,4 em Abril de 2006. Em termos desagregados este indicador apresenta deterioração na Indústria Transformadora (-10,1 vs -9,6 em Maio de 2005 e -10,0 em Abril de 2006), no Comércio (-10,2 vs -6,1 em Maio de 2005 e -8,1 em Abril de 2006) na Construção e Obras Públicas (-46,7 vs -40,5 em Maio de 2005 e -45,8 em Abril de 2006) e estabilização nos Serviços (-3,4).

O **Índice de Produção Industrial** do INE regista um comportamento acumulado negativo até Abril de 2006, tendo registado apenas uma variação homóloga<sup>2</sup> positiva no mês de Março (+5,3%), enquanto que em Janeiro, Fevereiro e Abril as perdas foram de -0,5%, -1,4% e -1,7%, respectivamente. Em termos desagregados por grandes agrupamentos industriais, apenas o sector da Energia apresenta uma evolução positiva, e na desagregação por sectores, a Indústria Extractiva e a Indústria Transformadora apresentam uma evolução negativa, verificando-se apenas uma evolução positiva no sector da Electricidade, Gás e Água. Esta evolução também é válida para a análise da variação no mês Abril – Indústria Transformadora (-4,5%), Indústria Extractiva (-13,8%), Electricidade, Gás e Água (+19,7%).

Em Março de 2006, o **Índice de Volume de Negócios na Indústria Transformadora** apresentou uma melhoria significativa (+10,5%) apresentando um crescimento no 1º trimestre de 5,9% (vh,m3m) (*Quadro 3.3 e Figuras 3.1 e 3.2*).

**Quadro 3.3 – Indicadores Sectoriais**

Indicadores Trimestrais/ Mensais	Fonte	Unidade	2005			2006	2005	2006				
			II TR05	III TR05	IV TR05	I TR06	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Indicador de confiança na Indústria Transformadora	INE	VEIMBM	-10,2	-11,2	-8,2	-9,6	-8,2	-9,3	-9,1	-9,6	-10,0	-10,1
Indicador de confiança na Construção	INE	VEIMBM	-40,0	-41,7	-46,2	-46,0	-46,2	-47,0	-46,7	-46,0	-45,8	-46,7
Indicador de confiança no Comércio	INE	VEIMBM	-7,6	-13,2	-10,3	-8,3	-10,3	-8,5	-6,4	-8,3	-8,1	-10,2
Indicador de confiança nos Serviços Prestados às Empresas	INE	VCSMBM	-2,7	-2,8	-0,4	-2,8	-0,4	-0,1	0,2	-2,8	-3,4	-3,4
Índice Volume Negócios na Indústria Transformadora	INE	VHMBM	1,7	1,2	1,1	5,9	1,1	2,5	2,8	5,9		
Índice Volume Negócios Comércio a Retalho	INE	VHMBM	3,6	0,6	1,7	1,3	1,7	2,0	1,8	1,3	1,3	
Índice Volume Negócios nos Serviços	INE	VHMBM	1,2	-0,6	-0,8	-1,0	-0,8	-0,8	-1,7	-1,0		
Índice de Produção Industrial - Total	INE	VHCS	-0,2	0,8	2,3	1,1	5,3	-0,5	-1,4	5,3	-1,7	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	INE	VHCS	-2,4	-1,1	1,2	1,7	3,4	0,1	-0,8	5,7	-4,5	

<sup>2</sup> Os números de base referem-se ao IPI corrigido dos dias úteis e da sazonalidade.

Figura 3.1

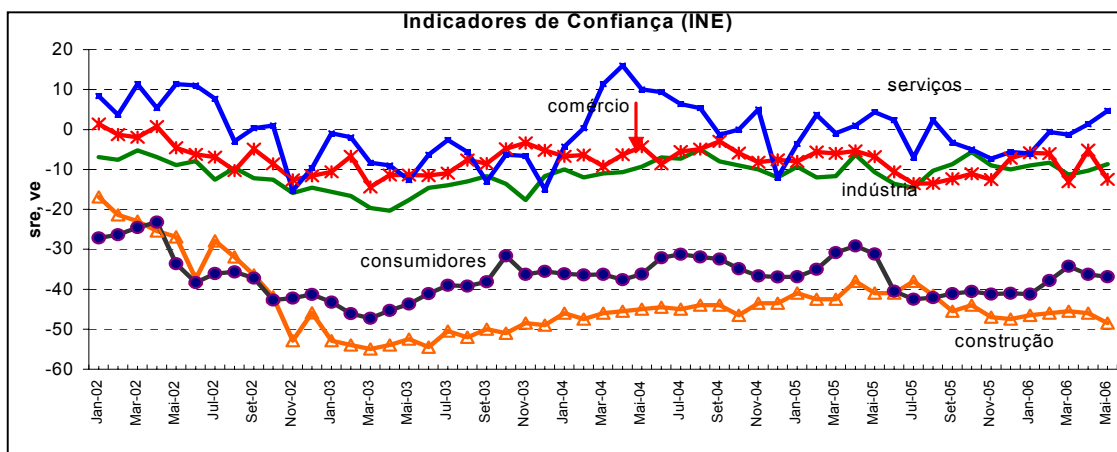
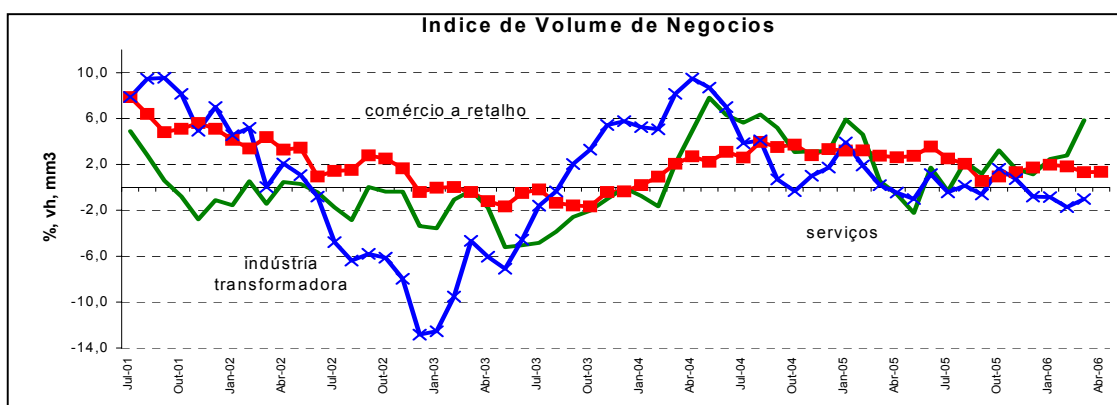


Figura 3.2



Em síntese, os dados sectoriais disponíveis mais recentes apontam para alguma cautela na avaliação do comportamento do sector da indústria, pois a queda do IPI em Abril mantém em aberto a questão da sustentabilidade da recuperação observada em Março, tal como tinha sido apontado em semanas anteriores. Apesar da boa evolução do VAB no quarto trimestre de 2005, e da melhoria do Volume de negócios na Indústria transformadora no primeiro trimestre de 2006, este sector continuou a perder emprego neste período. Apenas o subsector da Energia, no IPI, apresenta uma evolução positiva acumulada em 2006.

Relativamente ao Sector da Construção, destaca-se o facto de ter criado emprego no primeiro trimestre de 2006, podendo-se considerar este dado como um indicador importante de recuperação do sector, apesar da evolução negativa do Indicador de Confiança do sector em Maio.

O sector dos Serviços é o sector que apresenta uma dinâmica mais favorável. Além de ter criado emprego no primeiro trimestre de 2006, foi o único sector cujo indicador de confiança não desceu em Maio, segundo os dados mais recentes do INE.

#### 4. Perspectiva Regional

A informação disponível por NUTS II permite acompanhar a evolução recente no mercado de trabalho, numa base trimestral, através do índice de custo do trabalho<sup>1</sup> e da taxa de desemprego.

No que respeita aos **custos do trabalho**, e tendo em conta a revisão dos valores feita pelo INE na última actualização de dados, em termos globais podemos observar uma moderação do seu crescimento em 2003, uma aceleração em 2004, seguidas de um movimento descendente em 2005, ano em que atingiram um aumento de cerca de 2% (*Quadro 4.1*). Apenas no ano 2004 este nível se situou acima da taxa de inflação<sup>2</sup>.

A região de Lisboa é a que registou maior aumento dos custos de trabalho no ano 2005, logo seguida da Região Autónoma dos Açores, se bem que de forma menos marcada. O Norte regista também uma variação ligeiramente acima da média nacional. Se no ano 2005 se observa moderação do crescimento dos custos de trabalho (inclusive decréscimo na R.A. da Madeira), no primeiro trimestre de 2006 observa-se uma clara ascensão, em especial na R.A. dos Açores, onde se verifica um aumento da ordem dos 10%. Também o Centro, o Algarve e o Alentejo se destacam pela crescimento salarial no último trimestre.

**Quadro 4.1**

**Índice do Custo do Trabalho** (tx. var. homóloga, %)

	2003	2004	2005	1º trim 2003	2º Trim 2003	3º Trim 2003	4º Trim 2003	1º Trim 2004	2º Trim 2004	3º Trim 2004	4º Trim 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006
<b>Portugal</b>	<b>2,5</b>	<b>3,4</b>	<b>1,9</b>	<b>3,2</b>	<b>2,4</b>	<b>2,3</b>	<b>2,3</b>	<b>2,7</b>	<b>4,5</b>	<b>4,0</b>	<b>2,4</b>	<b>1,9</b>	<b>2,6</b>	<b>2,7</b>	<b>0,5</b>	<b>4,2</b>
Norte	4,1	3,5	2,2	5,9	3,6	3,5	3,7	1,6	5,9	3,9	2,6	4,5	1,9	3,2	-0,3	1,8
Centro	3,5	2,7	0,6	3,3	5,3	4,2	1,7	4,0	6,5	1,1	0,5	-2,3	-3,6	3,4	3,4	5,9
Lisboa	3,6	2,5	6,3	3,6	3,4	3,8	3,6	2,3	1,7	3,9	1,8	3,6	12,9	7,4	1,9	4,9
Alentejo	-3,0	3,0	1,3	-2,9	-3,5	-0,2	-5,2	3,7	4,0	4,3	0,6	-1,5	3,0	-0,1	3,4	7,5
Algarve	6,9	1,7	0,9	7,8	8,6	7,8	4,2	0,6	4,5	-0,5	2,2	1,0	0,1	2,0	0,4	7,5
RAAçores	2,1	3,0	3,7	2,1	2,7	4,1	-0,1	2,8	5,0	0,5	4,1	0,0	2,3	6,7	4,7	10,2
RAMadeira	4,6	4,3	-0,2	2,4	2,9	4,2	7,8	6,1	8,2	5,0	-0,5	0,3	-1,4	-0,7	0,9	2,4

FONTE: INE

Recorrendo aos dados das Contas Regionais, podemos identificar as disparidades regionais no que respeita aos **custos unitários do trabalho nominais** em 2003, ano mais recente disponível (*Figura 4.1*), bem como em relação a cada uma das suas componentes<sup>3</sup>.

Verifica-se que as disparidades regionais (NUTS II) são mais acentuadas quanto aos níveis de Produtividade do que no que se refere às Remunerações médias. Os níveis de Remuneração média mais elevados em 2003 encontram-se na região de Lisboa (+23% face à média nacional) e na Região Autónoma da Madeira (+8%). Estas duas regiões e, ainda, o Algarve, são as que registam níveis de Produtividade do trabalho acima da média nacional.

Estes resultados têm subjacente diferenças na estrutura produtiva regional, sendo nessas regiões que as remunerações têm menor peso no VAB.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Evolução dos Salários e da remuneração directa do trabalho por hora, incluindo contribuições sociais e outros encargos para os empregadores, com excepção da Administração Pública e do sector Primário.

<sup>2</sup> Taxas de inflação (IPC) de 3,3% em 2003, 2,4% em 2004 e 2,3% em 2005.

<sup>3</sup> Os Custos unitários do trabalho correspondem à relação entre as remunerações médias dos trabalhadores por conta de outrem e a produtividade aparente do trabalho.

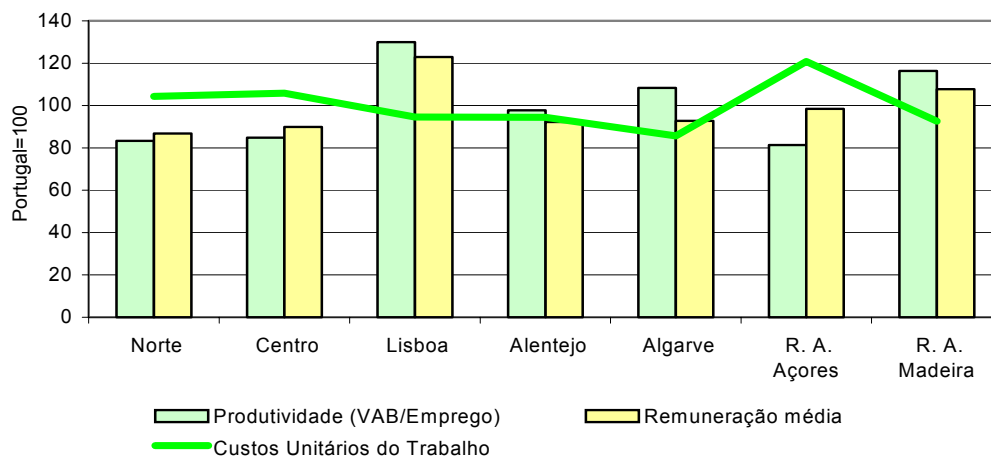
<sup>4</sup> VAB é constituído, essencialmente, pelas remunerações e excedente bruto de exploração

Da análise dos custos unitários, observa-se uma situação quase inversa, ou seja, que são precisamente as regiões em que o índice das remunerações médias é mais alto relativamente ao do valor acrescentado por trabalhador, que apresentam os custos unitários mais elevados.

Este facto poderá, por exemplo, ajudar a justificar o crescimento relativamente acentuado do índice de custo do trabalho nas regiões de Lisboa e dos Açores (que partem de níveis mais baixos) no último ano, e cuja tendência ascendente se continua a manifestar no primeiro trimestre de 2006, designadamente tendo em conta que este índice não inclui as actividades do sector Primário e das Administrações Públicas.

Figura 4.1

**Custos unitários do trabalho nominais em 2003, por regiões NUT II**  
Índices de disparidade segundo as suas componentes (Portugal = 100)



Quanto à **taxa de desemprego**, de uma forma geral, esta aumentou em todo o país, nos últimos anos (Quadro e Figura 4.2), havendo no entanto, uma inflexão dessa tendência no primeiro trimestre de 2006, exceção feita ao desemprego registado no Alentejo. Portugal registou uma taxa de desemprego de 6,3% em 2003 e, a partir do último trimestre de 2004, esta ultrapassa os 7%, atingindo 7,6%, em média, no ano de 2005, e 7,7% no primeiro trimestre de 2006, o que significa um decréscimo de 3 pontos percentuais em relação ao último trimestre mas estando, mesmo assim, 2 pontos percentuais acima do trimestre homólogo de 2005.

Ao longo do período de 2003 a 2005, verifica-se que a região do Alentejo apresenta as maiores taxas de desemprego, entre 8 e 9%, tendência que se mantém e agrava no primeiro trimestre de 2006. Da mesma forma, Lisboa e Norte, com taxas superiores à média nacional que, em 2005, ultrapassaram os 8,5%, registam os maiores valores no primeiro trimestre de 2006. A região de Lisboa observou um mínimo de 7,3% na taxa de desemprego, no segundo trimestre de 2004, e um máximo de 9% nos terceiro e quarto trimestres de 2005. O Norte, no primeiro trimestre de 2003, regista uma taxa de desemprego de 6,9% e, no primeiro trimestre de 2006, a taxa é superior em 2,2 p.p., ascendendo a 8,9%, tendo sido 9% no último trimestre de 2005.

Apesar de apresentar taxas de desemprego inferiores à média nacional, ao longo do período de 2003 a 2005, a região Centro é a que apresenta o maior aumento percentual, de cerca de 2 p.p., ascendendo a 6% no quarto trimestre de 2005. No último trimestre, verifica-se no entanto uma inversão da tendência, tendo registado um valor de 5,5%.

Ministério da Economia e da Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

**Quadro 4.2**  
**Taxa de desemprego (%)**

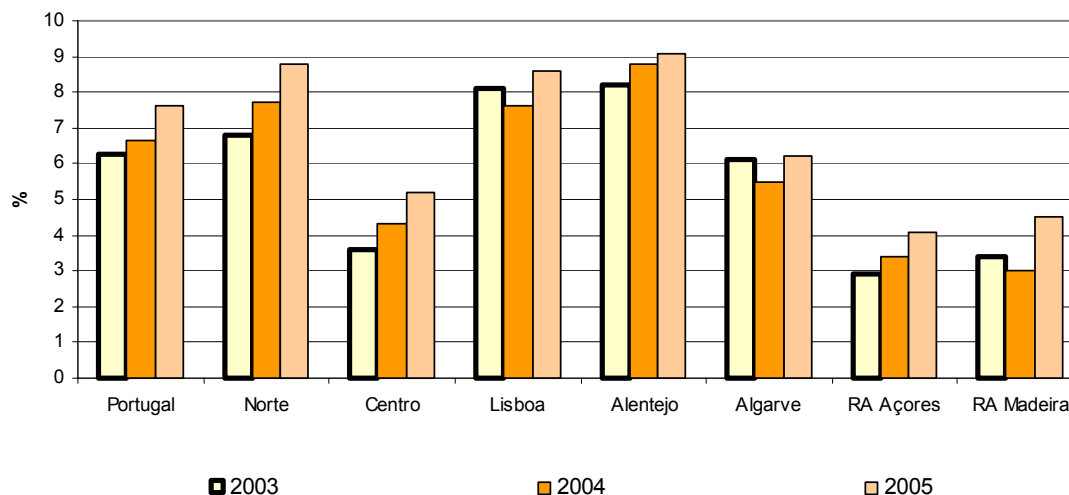
	2003	2004	2005	1º trim 2003	2º Trim 2003	3º Trim 2003	4º Trim 2003	1º Trim 2004	2º Trim 2004	3º Trim 2004	4º Trim 2004	1º Trim 2005	2º Trim 2005	3º Trim 2005	4º Trim 2005	1º Trim 2006
<b>Portugal</b>	<b>6,3</b>	<b>6,7</b>	<b>7,6</b>	<b>6,3</b>	<b>6,1</b>	<b>6,1</b>	<b>6,5</b>	<b>6,4</b>	<b>6,3</b>	<b>6,8</b>	<b>7,1</b>	<b>7,5</b>	<b>7,2</b>	<b>7,7</b>	<b>8,0</b>	<b>7,7</b>
Norte	6,8	7,7	8,8	6,9	6,5	6,7	7,1	7,0	7,3	8,3	8,0	8,7	8,7	8,8	9,0	8,9
Centro	3,6	4,3	5,2	3,4	3,4	3,3	4,3	4,2	4,0	4,3	4,8	4,9	4,5	5,4	6,0	5,5
Lisboa	8,1	7,6	8,6	8,0	8,2	8,2	8,2	7,7	7,3	7,5	8,1	8,4	8,0	9,0	9,0	8,5
Alentejo	8,2	8,8	9,1	9,8	7,4	7,6	7,8	8,1	8,8	9,1	9,4	9,3	8,5	9,4	9,4	9,8
Algarve	6,1	5,5	6,2	7,0	6,8	5,3	5,1	6,0	5,1	5,0	5,7	7,3	6,3	5,3	5,9	5,9
RAAçores	2,9	3,4	4,1	2,1	2,9	3,1	3,3	3,6	3,1	3,8	3,0	3,4	4,3	4,2	4,4	4,2
RAMadeira	3,4	3,0	4,5	2,9	3,5	3,4	3,7	2,8	2,7	3,0	3,5	4,8	3,9	4,4	5,1	4,6

FONTES: INE

As taxas de desemprego verificadas no Algarve são inferiores à média do país a partir do terceiro trimestre de 2003. Em qualquer dos três anos em análise, as taxas de desemprego mais baixas verificaram-se nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com valores inferiores a 5%.

**Figura 4.2**

**Evolução da taxa de desemprego por regiões NUT II**



Recorrendo, mais uma vez, aos dados das Contas regionais, observe-se a taxa de **emprego remunerado**, que traduz o peso dos trabalhadores por conta de outrém (TCO) no total do emprego, nas diversas regiões NUTS II, entre 1995 e 2003 (Figura 4.3).

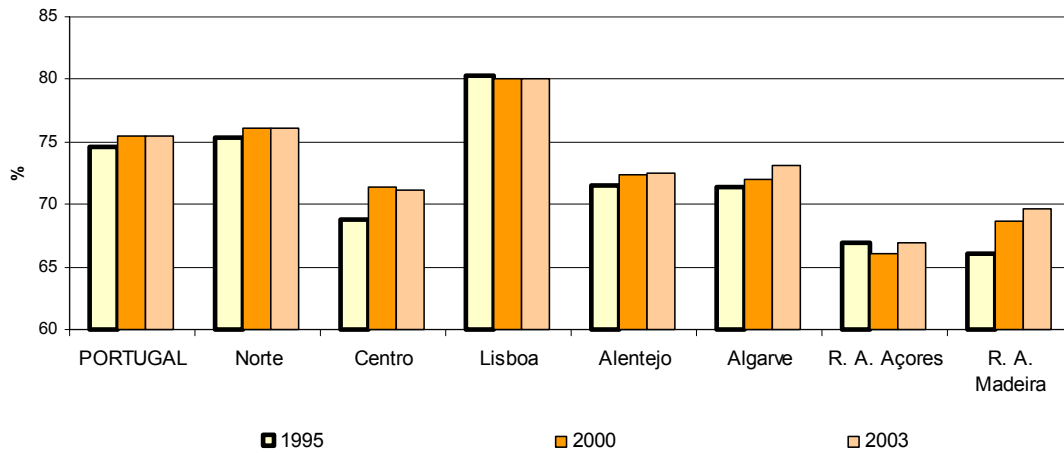
Pode constatar-se que apenas no Norte e em Lisboa esta taxa é superior à média. As regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, seguidas da região Centro, apresentam as menores quotas de TCO. No primeiro caso mantêm-se em 2003 níveis idênticos aos de 1995 e, a Madeira e o Centro, registam os aumentos mais significativos dessa quota entre 1995 e 2003.

De um modo geral, a tendência revelada neste período é no sentido de um reforço, lento, da componente de trabalho por conta de outrém no total do emprego. Nas regiões com os valores extremos, máximo e mínimo, a quota de TCO revela-se estabilizada, no período considerado.

Procurando cruzar esta informação com a evolução recente da taxa de desemprego, constata-se, como seria de esperar, que as maiores taxas de desemprego incidem sobre as regiões com maior peso de trabalhadores por conta de outrém. É, ainda, particularmente notória a

forte incidência social do desemprego na região do Alentejo, onde apenas cerca de 27% dos empregados trabalham por conta própria.

**Figura 4.3**  
**Taxa de Emprego Remunerado nas regiões NUT II**  
**(TCO\* / Emprego total, %)**



\* TCO = Trabalhadores por Conta de Outrém  
Fonte: INE

## 5. Competitividade

Desde o ano de 2000, o *Economist Intelligence Unit (EIU)*, em cooperação com o *IBM Institute for Business Value* divulga, anualmente, o *e-readiness ranking* das maiores economias mundiais. Estes *rankings* reflectem um conjunto ponderado de cerca de 100 critérios quantitativos e qualitativos, organizados em 6 categorias distintas, que medem as várias componentes de desenvolvimento social, político, económico e tecnológico de cada país. O *EIU* pretende, através da informação agregada no *e-readiness*, captar o “estado da arte” de cada país em termos de infraestruturas em tecnologias de informação e comunicação (TIC) e da capacidade dos consumidores, das empresas e dos governos em utilizarem as TIC em seu benefício.

Para cada país, a pontuação do *e-readiness* e das 6 categorias que o compõem varia de 0 a 10. No Quadro 5.1 é apresentada a descrição destas categorias e o seu peso no indicador global. A categoria referente à conectividade e à infraestrutura tecnológica pesa 25%, as categorias ligadas ao ambiente de negócios e à adopção por empresas e consumidores pesam 20% cada, as duas categorias que medem o ambiente legal, político, social e cultural pesam, no conjunto, 30% e a dos serviços electrónicos de apoio queda-se pelos 5%.

**Quadro 5.1**  
**Descrição das categorias do *e-readiness***

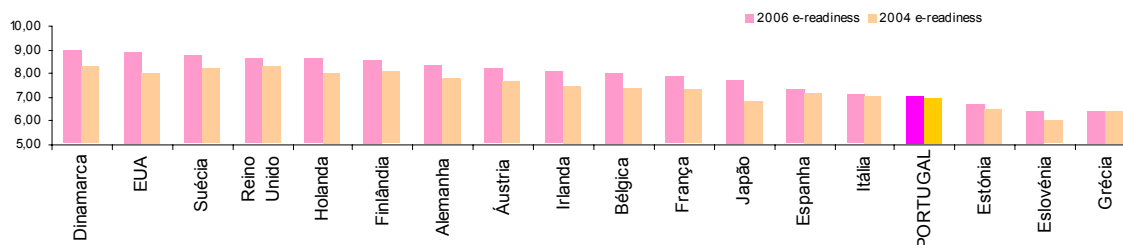
Identificação	Peso	Descrição
Conectividade e infraestrutura tecnológica	25%	Contempla o acesso dos indivíduos e das empresas aos serviços de telefone fixo e móvel, a computadores pessoais e à Internet, utilizando critérios como: penetração de banda larga, penetração de telefone móvel, penetração da internet, penetração de PC e segurança das infraestruturas de telecomunicações.
Ambiente de negócios	20%	Mede a atractividade do ambiente geral de negócios, através de critérios tais como: estabilidade política, ambiente regulamentar, política de concorrência, mercado de trabalho, qualidade da infraestrutura e abertura ao comércio e ao investimento.
Adopção por empresas e consumidores	20%	Inclui uma série de questões, nomeadamente, a prevalência de práticas de negócio electrónico, a parcela do comércio a retalho efectuado <i>online</i> , a disponibilidade de financiamento e de investimento público em TIC. Alguns dos critérios utilizados: despesa pública em TIC (% do PIB), nível de desenvolvimento do <i>e-business</i> , grau de comércio <i>online</i> e qualidade da logística e dos sistema de entrega.
Ambiente legal e político	15%	Utiliza um conjunto de critérios como: ambiente político em geral, política dirigida à propriedade privada (em particular a propriedade intelectual), apoio financeiro do estado a projectos de infraestruturas para a Internet, nível de censura e facilidade de registo de uma nova empresa.
Ambiente social e cultural	15%	Para além de considerar a literacia e a educação básica, inclui a " <i>e-literacy</i> " da população (experiência no uso da Internet e a receptividade ao seu uso) e as competências técnicas da força de trabalho. Exemplo de critérios: nível de educação e literacia, nível de literacia na Internet, grau de empreendedorismo, competência técnica da força de trabalho e grau de inovação.
Serviços electrónicos de apoio	5%	Inclui, nomeadamente: disponibilidade de consultadoria electrónica e de serviços de apoio técnico, e disponibilidade de apoio <i>back-office</i> .

Fonte: *Economist Intelligence Unit*, em cooperação com *IBM Institute for Business Value*.

### 5.1 E-readiness ranking em 2006

A Figura 5.1 apresenta as pontuações do *e-readiness* em 2006, comparando-as com as de 2004, para um grupo de países da UE, para os EUA e para o Japão. Em termos evolutivos e absolutos, a tendência é de uma melhoria generalizada para os países considerados, com excepção da Grécia.

**Figura 5.1**  
**Pontuações do e-readiness – 2006**



Fonte: *Economist Intelligence Unit*, em cooperação com *IBM Institute for Business Value*.

Considerando, agora, a informação contida nas duas primeiras colunas do Quadro 5.2 (rankings do e-readiness em 2006 e 2004), constata-se que em 2006, as 7 primeiras posições do e-readiness são ocupadas, em geral, por países da UE, com excepção dos 2º e 3º lugares, que pertencem, respectivamente, aos EUA e à Suíça. Dos países da UE, a Dinamarca lidera, seguida da Suécia, do Reino Unido, da Holanda e da Finlândia. Portugal detém a 26ª posição, atrás da Espanha (24ª) e da Itália (25ª) e à frente da Grécia (29ª).

**Quadro 5.2**  
**Rankings do e-readiness 2006, por categorias**

(nº de ordem em 68 países)

País	e-readiness ranking		Rankings das categorias do e-readiness em 2006					Serviços electrónicos de apoio
	2004*	2006	Conectividade e infraestrutura tecnológica	Ambiente de negócios	Adopção por empresas e consumidores	Ambiente legal e político	Ambiente social e cultural	
	100%	100%						
Dinamarca	1	1	1	1	4	7	1	3
EUA	6	2	7	3	1	6	3	1
Suíça	10	3	2	9	4	16	3	3
Suécia	3	4	5	11	3	9	1	3
Reino Unido	2	5	6	7	1	15	11	3
Holanda	8	6	3	7	10	13	7	3
Finlândia	5	7	8	3	8	11	7	3
Alemanha	13	12	20	13	7	18	6	3
Áustria	15	14	16	17	13	12	12	3
Irlanda	16	16	24	10	12	10	12	3
Bélgica	17	17	19	12	18	20	19	3
França	18	19	22	14	17	16	16	17
Japão	25	21	21	28	16	25	12	24
Espanha	21	24	22	22	24	23	20	17
Itália	23	25	26	33	26	23	20	17
<b>Portugal</b>	<b>24</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>26</b>	<b>25</b>	<b>21</b>	<b>30</b>	<b>22</b>
Estónia	26	27	24	23	34	31	26	28
Eslovénia	31	28	28	27	35	38	22	28
Grécia	27	29	30	40	28	27	22	24
República Checa	27	32	30	29	29	35	36	28
Hungria	30	32	32	31	31	34	32	28
Polónia	36	34	35	34	38	39	35	28
Eslováquia	39	36	37	30	41	40	26	35
Lituânia	38	38	33	34	46	44	38	35
Letónia	34	39	38	36	47	43	36	35

Fonte: GEE, com base no *Economist Intelligence Unit*, em cooperação com *IBM Institute for Business Value*.

Nota: Os valores em itálico representam posições ex-aequo; \* n.º de ordem em 64 países.

Contudo, conjugando os dados da Figura 5.1 com os do Quadro 5.2, verifica-se que em termos relativos, os comportamentos evolutivos dos países seleccionados são mais diferenciados entre si, reflectindo-se em alterações de posição em 2006 face a 2004. É de realçar as grandes subidas dos EUA (de 6º para 2º lugar) e da Suíça (de 10º para 3º). A Dinamarca, a Irlanda e a Bélgica mantiveram as suas posições relativas, ou seja, 1ª, 16ª e 17ª. O Reino Unido, a Suécia e a Finlândia, que detinham lugares mais destacados (2º, 3º e 5º), perderam posições, passando para 5º, 4º e 7º, assim como a Espanha, Portugal e a Grécia, que desceram, respectivamente, de 21º, 24º e 27º para 24º, 26º e 29º lugares.

## 5.2 E-readiness por categorias, em 2006

O Quadro 5.2 sugere alguns comentários relativamente aos posicionamentos, por categorias, dos países seleccionados:

- A Dinamarca lidera nas categorias “conectividade e infraestrutura” e “ambiente de negócios”, e a par da Suécia no “ambiente social e cultural”. Os EUA e o Reino Unido lideram na “adopção por empresas e consumidores” e a categoria “serviços electrónicos de apoio” também é encabeçada pelos EUA.
- A Finlândia tem o seu melhor desempenho (3º lugar) nas categorias “ambiente de negócios” e “serviços electrónicos de apoio” e o menor destaque (11º) no “ambiente legal e político”.
- Para a Espanha, a melhor posição (17ª) refere-se aos “serviços electrónicos de apoio” e a mais baixa (24ª) à “adopção por empresas e consumidores”.
- Portugal detém na categoria “ambiente legal e político” a sua melhor posição (21ª), enquanto na “conectividade e infraestrutura” tem o pior desempenho (27º lugar).

Retomando as pontuações base atribuídas, em 2006, às seis categorias do *e-readiness*, é possível perceber mais claramente as performances individuais comparativas de cinco países da UE (Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Espanha e Portugal), constantes da Figura 5.2.. Assim, tendo a Dinamarca como referência, nota-se que:

- Os restantes quatro países têm as pontuações mais baixas na categoria “conectividade e infraestrutura”.
- A Alemanha e a Irlanda apresentam comportamentos aproximados no conjunto das seis categorias.
- Portugal e a Espanha têm também um traçado praticamente idêntico, mas com Portugal a divergir na categoria “contexto social e cultural”, onde surge com a sua pontuação mais baixa.

**Figura 5.2**  
**Pontuações por categorias - 2006**



Fonte: *Economist Intelligence Unit*, em cooperação com *IBM Institute for Business Value*.

## 6. Agenda

### 6.1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<b><i>Investimento industrial dirigido para exportação</i></b>	<p>O Conselho de Ministros, de 2006-05-11, aprovou um contrato de investimento que visa o relançamento das actividades de extracção e beneficiação do minério do complexo mineiro de Aljustrel e de exportação dos respectivos concentrados em condições de competitividade económica internacionalmente sustentáveis. O investimento em causa supera os 76 milhões de euros e tem como principais méritos a valorização e aproveitamento de recursos endógenos e a contribuição para o incremento do valor bruto de produção e exportação nacionais de recursos minerais.</p> <p>O projecto irá contribuir ainda para a redução de assimetrias regionais com indução no rendimento per capita da região e para a criação de 100 postos de trabalho e a manutenção de um número importante de postos de trabalho indirectos na região de implantação.</p> <p>O Conselho de Ministros, de 2006-05-18, aprovou dois contratos de investimento na indústria do papel:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Um dos projectos, de mais de 481 milhões de euros, destina-se à construção de uma unidade fabril, equipada com a mais moderna tecnologia, de produção de papel fino não revestido, com uma capacidade instalada não inferior a 500.000 toneladas/ano, em que mais de 90% são para exportação.</li></ul> <p>Através deste investimento prevê-se, a criação de 180 postos de trabalho directos em Setúbal, contribuindo ainda de forma assinalável para o aumento do emprego indirecto em várias empresas ligadas ao cluster do papel.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- O outro projecto, de 189 milhões de euros, destina-se a modernizar a produção de pasta de papel na fábrica da Figueira da Foz, assegurando a manutenção de quase 800 postos de trabalho directos, e também, em grande parte, direccionada para a exportação.</li></ul>
<b><i>Capital de Risco para as de micro-empresas</i></b>	<p>A operacionalização do Programa Finicia no Alentejo arrancou, no passado dia 18 de Maio, com a constituição de um fundo de crédito regional de 500 mil euros destinado ao financiamento de empresas em fase de start up e early stage. Este programa visa promover o alargamento da base de acesso a capital e ao crédito, através do estabelecimento de parcerias público-privadas, proporcionando a empresas de pequena dimensão recursos essenciais ao desenvolvimento da actividade nas fases iniciais do seu ciclo de vida. São objecto de intervenção os Projectos de Forte Conteúdo de Inovação, os Negócios Emergentes de Pequena Escala e as Iniciativas Empresariais de Interesse Regional.</p> <p>Esta iniciativa envolveu a assinatura de protocolos entre várias entidades com vista à implementação da Plataforma Finicia - Capital de Risco e Desenvolvimento do FAME Alentejo – Crédito Regional.</p>

Ministério da Economia e da Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

## 6.2. Selecção de medidas legislativas

Assunto Diploma	Sumário
<i>Comunicação Entre o Estado, Cidadãos e Empresas</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2006 - I Série B n.º 87, de 05/05	Determina a criação de um serviço público que permita a realização voluntária de comunicações entre a Administração Pública, os serviços e organismos da administração autónoma, as entidades administrativas independentes e os tribunais, os cidadãos e as empresas. Esta Resolução visa simplificar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos e às empresas. À semelhança do que ocorre em outros Estados-membros da União Europeia, pretende-se estabelecer um regime de comunicações electrónicas entre o Estado, os cidadãos e as empresas que, integrado com a tradicional correspondência por via postal, contribua para a facilidade, rapidez e eficiência das comunicações entre estes intervenientes, potenciando-se ainda a possibilidade de os particulares utilizarem esse regime no âmbito das relações contratuais que estabeleçam com outras entidades privadas prestadoras de serviços.
<i>Programa Legislar Melhor</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2006 - I Série B n.º 96, de 18/05	Aprova o Programa Legislar Melhor, o qual incide sobre aspectos determinantes do procedimento de elaboração e publicação de actos normativos do Governo, de que se destacam as seguintes medidas: 1. Reforma das regras de acesso ao Diário da República, reduzindo a publicação em papel do jornal oficial e privilegiando a sua publicação electrónica, mediante a concessão de valor legal pleno, e estabelecendo o acesso universal e gratuito pelos cidadãos, com faculdade de impressão, arquivo e pesquisa, a partir de 1 de Julho do corrente ano; 2. Racionalização e simplificação das regras de publicação de actos no Diário da República, nomeadamente com a fusão das partes A e B na 1.ª série, com o reordenamento da 2.ª série e extinção da 3.ª série, e com a introdução progressiva de mecanismos de desmaterialização no envio dos actos sujeito a publicação, a partir de 1 de Julho do corrente ano; 3. Adopção de medidas de avaliação do impacto dos actos normativos do Governo. 4. Introdução da possibilidade de novas formas de audição aberta, com recurso às tecnologias da sociedade de informação, designadamente através do portal do Governo
<i>Cursos de Especialização Tecnológica</i> Decreto-Lei n.º 88/2006, I Série A n.º 99, de 23/05	Regula os cursos de especialização tecnológica, formações pós-secundárias não superiores que visam conferir qualificação profissional de nível 4. O presente Decreto-Lei introduz uma profunda reorganização nos cursos de especialização tecnológica (CET), ao nível do acesso, da estrutura de formação e das condições de ingresso no ensino superior para os seus diplomados. Pretende-se que com estas alterações mais jovens e adultos possam aceder ao ensino superior, alargando a oferta de formação para novos públicos e envolvendo as instituições de ensino superior na expansão da formação pós-secundária, numa perspectiva de articulação entre os níveis secundário e superior de ensino e de creditação. É de realçar que os cursos de formação pós-secundária (nível 4), quando em instituições do ensino superior, passam a contabilizar créditos para efeitos do prosseguimento de estudos. Destacam-se como principais alterações: a) A reorganização da estrutura dos cursos, valorizando de forma mais significativa a componente de formação tecnológica; b) A alteração das condições de acesso: - Abre-se o ingresso a todos os que tenham completado o ensino secundário ou habilitação equivalente, assegurando, dentro dos cursos, a formação técnica; - Alarga-se o acesso aos que tendo frequentado o 12.º ano de escolaridade não tenham concluído o ensino secundário, com contrapartida num aumento da duração do CET em 15 a 30 créditos ECTS (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos); - Atribui-se às instituições de ensino superior a competência para admitir os maiores de 23 anos a quem reconheçam, com base na experiência anterior, capacidades e competências adequadas; c) A atribuição às instituições de ensino superior e determinadas instituições de formação acreditadas a faculdade de concessão do diploma de especialização tecnológica com base na avaliação das competências profissionais; d) a simplificação do processo administrativo relacionado com a criação e entrada em funcionamento dos cursos; e) A determinação da realização de avaliação externa periódica dos cursos; f) A modificação do regime de acesso ao ensino superior para os titulares destes cursos, de forma a assegurar a sua generalização, designadamente através da supressão da exigência de entre a conclusão de um curso de especialização tecnológica e o ingresso no ensino superior mediarem obrigatoriamente 18 meses de actividade profissional na área de formação daquele.

Ministério da Economia e da Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

Assunto Diploma	Sumário
<i>Mercado Ibérico da Energia Eléctrica</i> Aviso n.º 584/2006 - I Série A n.º 100, de 24/05	Torna público terem, em 6 e 26 de Abril de 2006, sido emitidas notas, respectivamente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pela Embaixada de Espanha em Lisboa, referindo ambas terem sido concluídas as respectivas formalidades constitucionais internas de aprovação do Acordo para a Constituição de Um Mercado Ibérico da Energia Eléctrica, assinado em Santiago de Compostela em 1 de Outubro de 2004.
<i>Produção de Electricidade - Custos</i> Decreto-Lei n.º 90/2006 - I Série A n.º 100, de 24/05	Estabelece os princípios de alocação dos custos resultantes da remuneração da produção de electricidade, prevista no Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio, que estabeleceu o enquadramento remuneratório para a produção de electricidade a partir de energias renováveis
<i>Comércio Europeu de Licenças de Emissão - Contabilização de Licenças</i> Despacho n.º 11 384/2006 da Comissão de Normalização Contabilística - II Série n.º 101, de 25/05	Estabelece as regras que devem ser observadas no tratamento contabilístico das licenças de emissão de gases com efeito de estufa pelas empresas que adoptem o plano oficial de contabilidade, designadamente, no que respeita ao seu reconhecimento como activo ou subsídio, bem como, no que se refere às contas a usar e aos registos contabilísticos a efectuar

### 6.3. Em agenda

Evento	Local	Data prevista
I Semana da Concorrência de Lisboa	Lisboa	29 Mai a 2 Jun_2006
Conselho ECOFIN	Luxemburgo	7 Jun_2006
Conselho Europeu	Bruxelas	15 – 16 Jun_2006
Cimeira UE - USA	Viena	21 Jun_2006
Conselho Competitividade	Luxemburgo	29 Jun_2006